

Companhia
Energética do
Maranhão S.A. -
CEMAR

**Informações trimestrais
em 30 de setembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações trimestrais	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Energética do Maranhão - CEMAR
São Luís - MA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 07 de novembro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/09/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	30/09/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.352.396	1.742.518	Fornecedores	11	375.712	392.101
Investimentos de curto prazo		-	394	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		16.942	15.605
Contas a receber de clientes	6	844.370	830.394	Empréstimos e financiamentos	12	222.567	480.653
Contas a receber - bandeiras tarifárias		-	3.571	Debêntures	13	174.358	203.197
Serviços pedidos		76.460	60.726	Partes relacionadas	8	2.105	-
Partes relacionadas	8	2.880	-	Impostos e contribuições a recolher		103.858	96.986
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	208.101	57.137	Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		5.294	2.175
Depósitos judiciais	15	2.319	3.291	Dividendos		258.607	92.933
Estoques		5.403	4.361	Encargos do consumidor		20.135	16.650
Impostos e contribuições a recuperar		38.111	38.087	Contribuição de iluminação pública		7.435	10.477
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		66.590	72.246	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		34.628	29.019
Outros créditos a receber		68.551	65.159	Participação nos lucros		21.739	32.976
Total do ativo circulante		2.665.181	2.877.884	Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatório	15	24.738	25.884
				Outras contas a pagar		53.882	53.915
Não circulante				Total do passivo circulante		1.322.000	1.452.571
Contas a receber de clientes	6	187.094	158.984	Não circulante			
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	91.392	134.290	Empréstimos e financiamentos	12	1.127.340	1.300.388
Depósitos judiciais	15	58.667	54.612	Debêntures	13	934.038	1.005.529
Impostos e contribuições a recuperar		58.698	62.466	Impostos e contribuições a recolher		2.583	1.747
Outros créditos a receber		13.950	11.462	Imposto de renda e contribuições social diferidos	14	273.182	232.253
Ativo financeiro da concessão	9	1.442.630	1.294.726	Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatório	15	71.913	65.378
Intangível	10	1.897.392	1.958.916	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		33.034	33.034
Total do ativo não circulante		3.749.823	3.675.456	Outras contas a pagar		14.679	14.641
				Total do passivo não circulante		2.456.769	2.652.970
Total do ativo		6.415.004	6.553.340	Patrimônio líquido			
				Capital social	16.1	1.146.557	1.025.318
				Reservas de capital		674	674
				Reservas de lucros		1.134.894	1.421.807
				Lucros acumulados		354.110	-
				Total do patrimônio líquido		2.636.235	2.447.799
				Total do passivo e patrimônio líquido		6.415.004	6.553.340

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR

Demonstrações do resultado

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2017 a 30/09/2017
	Nota				
Receita operacional líquida	18	2.776.239	989.847	2.408.356	897.578
Custos de energia elétrica, construção e operação	19	<u>(1.970.904)</u>	<u>(692.904)</u>	<u>(1.624.870)</u>	<u>(529.856)</u>
Energia elétrica comprada para revenda	20	(1.492.550)	(532.163)	(1.142.453)	(415.312)
Custo de construção	19	(266.763)	(94.686)	(316.811)	(89.243)
Custo da operação	19	<u>(211.591)</u>	<u>(66.055)</u>	<u>(165.606)</u>	<u>(25.301)</u>
Lucro bruto		<u>805.335</u>	<u>296.943</u>	<u>783.486</u>	<u>367.722</u>
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	19	(172.699)	(43.398)	(143.472)	(55.256)
Despesas gerais e administrativas	19	(137.170)	(45.906)	(171.693)	(78.264)
Outras despesas operacionais, líquidas		<u>(21.925)</u>	<u>(6.229)</u>	<u>(35.100)</u>	<u>(10.133)</u>
Total de despesas operacionais		<u>(331.794)</u>	<u>(95.533)</u>	<u>(350.265)</u>	<u>(143.653)</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de		<u>473.541</u>	<u>201.410</u>	<u>433.221</u>	<u>224.069</u>
Receitas financeiras		161.444	51.586	190.470	80.233
Despesas financeiras		<u>(202.199)</u>	<u>(62.163)</u>	<u>(213.747)</u>	<u>(75.897)</u>
Resultado financeiro, líquido	21	<u>(40.755)</u>	<u>(10.577)</u>	<u>(23.277)</u>	<u>4.336</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>432.786</u>	<u>190.833</u>	<u>409.944</u>	<u>228.405</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	14.3	(37.746)	(15.621)	(37.662)	(19.022)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	14.3	<u>(40.930)</u>	<u>(17.389)</u>	<u>(37.558)</u>	<u>(25.591)</u>
Impostos sobre o lucro		<u>(78.676)</u>	<u>(33.010)</u>	<u>(75.220)</u>	<u>(44.613)</u>
Lucro líquido do período		<u>354.110</u>	<u>157.823</u>	<u>334.724</u>	<u>183.792</u>
Lucro básico por lote de mil ações - R\$		2,19509	0,97833	2,03871	1,11943
Lucro diluído por lote de mil ações - R\$		<u>2,19509</u>	<u>0,97833</u>	<u>2,03871</u>	<u>1,11943</u>
Quantidade de ações no final do período (em milhares de ações)		<u>161.319</u>	<u>161.319</u>	<u>164.184</u>	<u>164.184</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	01/01/2018	01/07/2018	01/01/2017	01/07/2017
	a	a	a	a
	30/09/2018	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2017
Lucro líquido do período	354.110	157.823	334.724	183.792
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	-	-	-	-
Total resultados abrangentes	<u>354.110</u>	<u>157.823</u>	<u>334.724</u>	<u>183.792</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros						Lucros acumulados	Total
	Capital social	Opções outorgadas	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reforço de capital de giro	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	929.620	674	19.989	75.709	1.024.285	125.922	-	2.176.199
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	334.724	334.724
Aumento de capital	95.698	-	(19.989)	(75.709)	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos a pagar	-	-	-	-	-	(125.922)	-	(125.922)
Saldos em 30 de setembro de 2017	1.025.318	674	-	-	1.024.285	-	334.724	2.385.001
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.025.318	674	24.481	96.758	1.134.894	165.674	-	2.447.799
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	354.110	354.110
Aumento de capital	121.239	-	(24.481)	(96.758)	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos a pagar	-	-	-	-	-	(165.674)	-	(165.674)
Saldos em 30 de setembro de 2018	1.146.557	674	-	-	1.134.894	-	354.110	2.636.235

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	30/09/2018	30/09/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	354.110	334.724
Ajustes para:		
Amortização	127.263	126.048
Baixa de intangível	12.749	13.019
Atualização do ativo financeiro	(31.080)	(29.624)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	167.514	141.041
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	-	18.766
Provisão (reversão) para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	24.658	23.335
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incob	58.453	39.244
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	(108.066)	(125.981)
Rendimentos de aplicações financeiras	-	(59.528)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	40.930	37.662
Imposto de renda e contribuição social correntes	37.746	37.558
Outros	25.704	23.019
	<u>709.981</u>	<u>579.283</u>
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(100.538)	(110.722)
Contas a receber – bandeiras tarifárias	3.571	1.545
Serviços pedidos	(15.734)	(7.293)
Depósitos judiciais	(3.083)	(9.953)
Estoques	(1.042)	6.655
Impostos e contribuições a recuperar	3.744	(2.603)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	5.656	(205)
Outros créditos a receber	(5.880)	(41.102)
Fornecedores	(16.389)	58.636
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	1.337	5.659
Impostos e contribuições a recolher	7.708	18.158
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(14.828)	2.307
Imposto de renda e contribuição social pagos	(19.800)	(30.012)
Encargos do consumidor	3.485	9.384
Contribuição de iluminação pública	(3.042)	(2.967)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(20.096)	(30.359)
Participação nos lucros	(11.237)	(7.571)
Partes relacionadas	(775)	-
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	(19.269)	(19.891)
Outras contas a pagar	4	(2.045)
Juros pagos	(103.845)	(112.661)
	<u>(310.053)</u>	<u>(275.040)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>399.928</u>	<u>304.243</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo intangível	(195.312)	(308.217)
Resgates /Aplicações financeiras	394	98.596
	<u>(194.918)</u>	<u>(209.621)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(194.918)</u>	<u>(209.621)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	75.175
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(595.132)	(215.030)
	<u>(595.132)</u>	<u>(139.855)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(595.132)</u>	<u>(139.855)</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(390.122)</u>	<u>(45.233)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.742.518	564.940
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.352.396	519.707
	<u>(390.122)</u>	<u>(45.233)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	30/09/2018	30/09/2017
Receitas		
Vendas de produtos e serviços e receitas de construção	3.894.456	3.324.147
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(58.453)	(39.244)
Provisão para processos cíveis fiscais e trabalhistas	(19.490)	(19.163)
Outras despesas (receitas) operacionais	(6.411)	(15.077)
Outras despesas (receitas) não recorrentes	<u>(15.515)</u>	<u>(20.023)</u>
	3.794.587	3.230.640
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(1.759.313)	(1.459.264)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(235.480)</u>	<u>(209.695)</u>
	(1.994.793)	(1.668.959)
Valor adicionado bruto	<u>1.799.794</u>	<u>1.561.681</u>
Amortização	<u>(127.263)</u>	<u>(126.048)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>1.672.531</u>	<u>1.435.633</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	161.444	171.476
Outras	<u>-</u>	<u>(43.458)</u>
	161.444	128.018
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.833.975</u>	<u>1.563.651</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	71.794	68.366
Benefícios	21.886	20.199
FGTS	5.678	5.741
Outros	<u>(14.480)</u>	<u>(10.059)</u>
	84.878	84.247
Tributos		
Federais	593.219	500.981
Estaduais	594.955	489.295
Municipais	<u>1.432</u>	<u>735</u>
	1.189.606	991.011
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	170.836	138.802
Aluguéis	3.182	2.374
Outros	<u>31.363</u>	<u>12.493</u>
	205.381	153.669
Remuneração de capitais próprios		
Lucro líquido no período	<u>354.110</u>	<u>334.724</u>
Valor adicionado	<u>1.833.975</u>	<u>1.563.651</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética do Maranhão - CEMAR (“Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Maranhão com 331.937 km², atendendo, em 30 de setembro de 2018, 2.473.704 consumidores em 217 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da B3.

2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 060/2000, assinado em 28 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a CEMAR e o acionista controlador, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de agosto de 2030, podendo ser renovado por igual período.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

3 Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

3.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações trimestrais - ITR.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 07 de novembro de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações trimestrais.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6.1 - Receita não faturada:** Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida porém não faturada;
- **Nota explicativa 6.2 - Contas a receber:** Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;
- **Nota explicativa 9 - Ativo financeiro da concessão:** Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- **Nota explicativa 10 - Intangível:** Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor;
- **Nota explicativa 14 - Imposto de renda e contribuições sociais diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro. Os tributos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de informações trimestrais e os correspondentes valores para fins de tributação; e em relação aos prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro;

- **Nota explicativa 15 - Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios:** Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos; e
 - **Nota explicativa 22.3 - Instrumentos financeiros:** Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.
- (i) **Mensuração do valor justo**
Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/ IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no período da revisão das informações trimestrais.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 22.3.

3.4 Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras de curto prazo (fundo de investimento) mensurados pelo valor justo; e
- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado.

4 Principais políticas contábeis

As informações trimestrais são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período, se houver. As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, descritas na nota nº 4, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto, as novas práticas contábeis adotadas conforme demonstrado na nota 4.1. Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, emitidas em 08 de março de 2018, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 30 de setembro de 2018.

4.1 Principais mudanças nas políticas contábeis

4.1.1 *Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers)*

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado.

O princípio básico da norma consiste em que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A norma determina que a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável. As Distribuidoras são avaliadas pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Uma vez descumpridos esses indicadores, a Companhia é obrigada a ressarcir os clientes, através de desconto na fatura mensal de consumo de energia. Até 31 de dezembro de 2017, essas penalidades eram contabilizadas como despesa operacional.

A norma determina que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a Companhia deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação, quando devido. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deixaram de ter as respectivas receitas reconhecidas. Com base na avaliação da Companhia, não há contratos sujeitos a tal situação, logo, não há impactos oriundos da adoção da norma.

Os impactos da adoção do IFRS 15 nas Demonstrações do resultado do exercício em 30 de setembro de 2018 estão abaixo apresentados:

	Saldos sem adoção do CPC 47/IFRS 15	Ajustes CPC 47/IFRS 15	Saldo Reportado
Receita líquida (a)	2.783.526	(7.287)	2.776.239
Custo da energia elétrica, construção e operação	(1.969.640)	-	(1.969.640)
Despesas com vendas	(172.355)	-	(172.355)
Despesas gerais e administrativas	(138.777)	-	(138.777)
Outras despesas operacionais, líquidas (a)	(29.213)	7.287	(21.926)
Resultado financeiro líquido	(40.755)	-	(40.755)
Impostos sobre o lucro	(78.676)	-	(78.676)
Lucro líquido do período	354.110	-	354.110

- (a) Penalidades DIC/FIC e outras anteriormente reconhecidas como “outras despesas operacionais”, sendo reclassificadas para deduções da receita, conforme norma.

4.1.2 Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9 - Financial Instruments)

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas.

- **Classificação - Ativos e passivos financeiros**
 O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

	Categoria dos instrumentos financeiros		30/09/2018		31/12/2017	
	CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.289.380	1.289.380	367.603	367.603
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	VJR	VJR	63.016	63.016	1.374.915	1.374.915
Investimentos de curto prazo	VJR	VJR	-	-	394	394
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.031.463	1.031.463	989.378	989.378
Ativo financeiro de concessão	Empréstimos e recebíveis	VJR	1.442.630	1.442.630	1.294.726	1.294.726
Total do ativo			<u>3.826.489</u>	<u>3.826.489</u>	<u>4.027.016</u>	<u>4.027.016</u>
	Categoria dos instrumentos financeiros		30/09/2018		31/12/2017	
	CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Passivo						
Fornecedor	Custo amortizado	Custo amortizado	375.712	375.712	392.101	392.101
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	1.349.907	1.360.149	1.781.041	1.784.764
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	1.108.396	1.124.070	1.208.726	1.218.723
Total do passivo			<u>2.834.015</u>	<u>2.859.931</u>	<u>3.381.868</u>	<u>3.395.588</u>

Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48/IFRS 9 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

O potencial das perdas estimadas foram analisadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas. Após as análises, concluiu-se que os critérios atualmente utilizados pela Companhia, são suficientes e estão em linha com as avaliações requeridas pela norma, logo, não há impactos oriundos da adoção da norma.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	27.650	60.846
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	<u>1.324.746</u>	<u>1.681.672</u>
Total	<u>1.352.396</u>	<u>1.742.518</u>

	30/09/2018	31/12/2017
(i) Aplicações financeiras de curto prazo		
CDB	157.074	246.434
Debêntures compromissadas	63.016	60.323
Fundos de investimentos	<u>1.104.656</u>	<u>1.374.915</u>
Total	<u><u>1.324.746</u></u>	<u><u>1.681.672</u></u>

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a renda fixa, lastreadas a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito, e Fundos de Investimentos, que representam operações de baixo risco em instituições financeiras com classificação de risco acima de AA- e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Tais aplicações são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 98,53% (99,98% em 31 de dezembro de 2017) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

A Companhia adota a estratégia de aplicar seus recursos financeiros em fundos de investimento e ativos que possuem o objetivo de acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários e classificados como caixa e equivalentes de caixa. A Companhia utiliza os fundos de investimentos na sua gestão diária de caixa.

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas a receber de consumidores faturados	539.709	520.265
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	143.710	126.955
Parcelamentos (b)	392.177	373.877
Baixa renda	39.218	46.612
Outras	<u>62.319</u>	<u>47.260</u>
Total	<u><u>1.177.133</u></u>	<u><u>1.114.969</u></u>
(-) Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	<u>(145.669)</u>	<u>(125.591)</u>
Total contas a receber clientes	<u><u>1.031.464</u></u>	<u><u>989.378</u></u>
Circulante	844.370	830.394
Não circulante	187.094	158.984

- (a) Consiste na estimativa de energia fornecida entre a data de leitura e o encerramento do mês, conforme prática estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico de 2015; e
- (b) Parcelamentos sobre faturas de energia elétrica, que podem ser efetuados com prazo de até 48 vezes. Os parcelamentos possuem juros de 1% a.m.

6.2 Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber

	31/12/2017	Provisões adições	Reversões (baixas)	30/09/2018
Contas a receber de consumidores faturados	55.632	289.848	(295.994)	49.486
Parcelamentos	61.834	131.568	(122.667)	70.735
Outras	8.125	28.837	(11.514)	25.448
Total	125.591	450.253	(430.175)	145.669

A constituição da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (critérios mencionados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017).

a. Contas a receber de consumidores faturados

30/09/2018				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	105.317	149.626	36.231	291.174
Industrial	12.207	4.230	4.037	20.474
Comercial	51.231	20.725	6.170	78.126
Rural	9.825	5.794	6.221	21.840
Poder público	32.250	24.483	8.668	65.401
Iluminação pública	11.766	4.230	3.631	19.627
Serviço público	16.764	20.793	5.510	43.067
Total fornecimento faturado	239.360	229.881	70.468	539.709
31/12/2017				
	Saldos a vencer	Vencido s até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	112.073	139.438	30.603	282.114
Industrial	13.567	5.010	3.923	22.500
Comercial	50.733	21.701	7.259	79.693
Rural	9.249	7.017	4.380	20.646
Poder público	26.620	26.674	10.237	63.531
Iluminação pública	8.452	4.197	5.480	18.129
Serviço público	14.323	12.704	6.625	33.652
Total fornecimento faturado	235.017	216.741	68.507	520.265

b. Parcelamentos

	30/09/2018			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	169.528	16.399	56.841	242.768
Industrial	4.243	409	4.567	9.219
Comercial	18.729	1.992	9.318	30.039
Rural	6.444	778	2.872	10.094
Poder público	40.991	2.979	1.257	45.227
Iluminação pública	15.711	770	820	17.301
Serviço público	35.869	888	772	37.529
Total do parcelamento	291.515	24.215	76.447	392.177

	31/12/2017			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	177.381	17.101	43.854	238.336
Industrial	4.654	581	3.569	8.804
Comercial	19.260	2.044	7.383	28.687
Rural	6.788	804	1.988	9.580
Poder público	42.421	1.146	2.702	46.269
Iluminação pública	10.221	953	616	11.790
Serviço público	28.639	873	899	30.411
Total do parcelamento	289.364	23.502	61.011	373.877

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

A conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, com a finalidade de permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, onde a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixa(i)</u>	<u>Atualização</u>	<u>Amortizações</u>	<u>30/09/2018</u>
Parcela A						
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	(14.225)	15.798	940	(274)	3.709	5.948
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	208	1.199	(37)	48	(278)	1.140
Rede básica (b)	17.429	14.880	(345)	1.240	(5.641)	27.563
Compra de energia CVA (c)	210.895	328.302	(13.823)	13.936	(97.178)	442.132
ESS - Encargos do serviço do sistema (d)	<u>(110.164)</u>	<u>(21.608)</u>	<u>18.266</u>	<u>(4.038)</u>	<u>36.874</u>	<u>(80.670)</u>
	<u>104.143</u>	<u>338.571</u>	<u>5.001</u>	<u>10.912</u>	<u>(62.514)</u>	<u>396.113</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (e)	85.035	(100.241)	(9.253)	479	(7.478)	(31.458)
Neutralidade CEPISA violação do limite de continuidade	(4.542)	2.521	(1.406)	(317)	(4.995)	(8.739)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente (f)	86	-	-	-	-	86
Ativo regulatório ANGRA III (g)	(11.462)	(13.827)	-	-	-	(25.289)
Outros (h)	17.554	-	(6.191)	471	(11.834)	-
	<u>613</u>	<u>(26.317)</u>	<u>(471)</u>	<u>84</u>	<u>(5.129)</u>	<u>(31.220)</u>
	<u>87.284</u>	<u>(137.864)</u>	<u>(17.321)</u>	<u>717</u>	<u>(29.436)</u>	<u>(96.620)</u>
Total	<u>191.427</u>	<u>200.707</u>	<u>(12.320)</u>	<u>11.629</u>	<u>(91.950)</u>	<u>299.493</u>
Circulante	57.137					208.101
Não circulante	134.290					91.392

- (a) Variação positiva em virtude da elevação dos valores homologados pela ANEEL a título de revisão orçamentária para pagamento em 2018 em que superaram os valores de cobertura no período;
- (b) Variação positiva em virtude da elevação das tarifas impostas para pagamento dos custos serem superiores as tarifas de cobertura vigentes.
- (c) No período findo em 30 de setembro de 2018 houve o aumento dos custos com o efeito disponibilidade e exposição financeira, resultantes dos custos repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, afetado diretamente pelo acionamento de térmicas cujo o preço de geração é superior ao PLD. Para exposição financeira, o aumento teve como fato as diferenças de PLD entre os submercados. Acrescenta-se a variação do período o efeito gerado pelas contabilizações do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit de Energia Nova - MCSD;
- (d) O Encargo de Serviço do Sistema está relacionado ao pagamento de Usinas Térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD. A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS para garantir a segurança energética do sistema. Na revisão tarifária periódica da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi maior que os custos efetivamente pagos, acrescido do recebimento de Receitas via Conta de Energia de Reserva, a CONER, o que no procedimento de modicidade tarifária resulta na recomposição via passivo regulatório. Com isso, no período findo em 30 de setembro de 2018, a conta de ESS realizou-se abaixo da cobertura tarifária, o que resultou em uma constituição passiva de R\$21.608;
- (e) Para o ano de 2018, devido a situação de contratos e mercado, o cenário apresenta uma venda de energia no mercado spot, sendo que o PLD está em média de R\$ 198,50, ou seja, um valor acima que o preço médio e na operação de venda que resulta na constituição de um passivo regulatório. Porém, a variação do período teve como fator principal o efeito da contabilização de operações no mercado de curto prazo dos períodos de agosto a outubro de 2017 recalculados pela CCEE na liquidação de janeiro/18;
- (f) Devido à primeira revisão tarifária subsequente ao 3º ciclo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica foi estabelecida sistemática em que o valor acumulado de receitas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativo até a data do laudo de avaliação dos ativos, deverá ser transferido para a conta de obrigações especiais, quando, então, receberá o tratamento usual da contrapartida da depreciação dos respectivos ativos alocados como investimentos originários dessas obrigações especiais;
- (g) No período findo em 30 de setembro de 2018, o ativo regulatório de Angra III constituído em 2017, foi integralmente amortizado.
- (h) Amortização do Risco Hidrológico, e contabilização do Ressarcimento de P&D, oriundo da devolução pela União de valores que foram repassados às tarifas de energia elétrica, e recolhido ao Tesouro Nacional, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012, visando ressarcir estados e municípios pela eventual perda de recolhimento do ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

- (i) Com relação ao montante de reconhecimento das baixas dos ativos e passivos regulatórios no referido trimestre, tais valores referem-se as diferenças entre os custos homologados pela ANEEL no processo de RTA - Reajuste Tarifário quanto aos valores de Parcela A e demais componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os respectivos valores são realizados ao término do período tarifário, ou seja, na data do reajuste tarifário, ocorrendo a amortização dos saldos remanescentes, bem como a extinção dos saldos apurados e não recuperados.

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.438, de 21 de agosto de 2018, a ANEEL realizou a revisão tarifária da Companhia, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 28 de agosto de 2018 com vigência até 27 de agosto de 2019.

Neste processo as CVA contabilizadas pela Companhia são validadas devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia. As tarifas de aplicação da CEMAR foram reajustadas em média 16,94%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia.

8 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (Presidente e Diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Não houve alterações significativas no período em relação às divulgações realizadas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração, o Presidente e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 16.500, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizadas em 26 de abril de 2018.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 30 de setembro de 2018 paga pela Companhia no período:

	Conselho de Administração	%	Diretoria Estatutária	%	Total
Números de membros	7		8		15
Remuneração fixa anual	157	100%	2.350	27%	2.507
Salário ou Pró-labore	157	-	2.147	25%	2.304
Benefícios diretos e indiretos	-	-	203	2%	203
Remuneração variável	-	0%	6.075	72%	6.075
Bônus	-	-	6.075	72%	6.075
Benefícios pós emprego	-	0%	43	1%	43
Valor total da remuneração por órgão	<u>157</u>	<u>100%</u>	<u>8.468</u>	<u>100%</u>	<u>8.625</u>

9 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão conforme a seguir demonstrada:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Atualização do ativo financeiro (a)</u>	<u>Capitalização</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/09/2018</u>
Ativo financeiro	1.819.964	63.279	122.041	(1.525)	2.003.759
Obrigações especiais	(525.238)	(32.199)	(3.692)	-	(561.129)
Total	<u>1.294.726</u>	<u>31.080</u>	<u>118.349</u>	<u>(1.525)</u>	<u>1.442.630</u>

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

10 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

		<u>30/09/2018</u>			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,30%	4.257.727	(1.926.654)	(776.211)	1.554.862
Em curso		389.189	-	(46.659)	342.530
Total		<u>4.646.916</u>	<u>(1.926.654)</u>	<u>(822.870)</u>	<u>1.897.392</u>

		<u>31/12/2017</u>			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,34%	4.156.958	(1.768.584)	(739.840)	1.648.534
Em curso		371.829	-	(61.447)	310.382
Total		<u>4.528.787</u>	<u>(1.768.584)</u>	<u>(801.287)</u>	<u>1.958.916</u>

Movimentação do ativo intangível

	31/12/2017	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência	30/09/2018
Em serviço	4.156.958	-	(26.593)	127.362	4.257.727
(-) Amortização	(1.768.584)	(173.439)	15.369	-	(1.926.654)
Total em serviço	2.388.374	(173.439)	(11.224)	127.362	2.331.073
Em curso	371.829	266.763	-	(249.403)	389.189
Total em curso	371.829	266.763	-	(249.403)	389.189
Obrigações especiais	(1.207.798)	(71.451)	-	3.692	(1.275.557)
(-) Amortização	406.511	46.176	-	-	452.687
Total em obrigações especiais	(801.287)	(25.275)	-	3.692	(822.870)
Total	1.958.916	68.049	(11.224)	(118.349)	1.897.392

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído conforme a seguir demonstrado:

	30/09/2018	31/12/2017
Obras em andamento	319.624	313.791
Materiais em depósitos	62.757	55.818
Adiantamento a fornecedores	6.808	2.220
Total	389.189	371.829

11 Fornecedores

	30/09/2018	31/12/2017
Suprimento de energia elétrica	250.049	241.002
Encargos de uso da rede elétrica	27.704	31.868
Materiais e serviços	97.959	119.231
Total	375.712	392.101

12 Empréstimos e financiamentos

Composição do saldo

		30/092018		
		Principal e encargos		
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro nacional	4,93%	358	15.215	15.573
Total moeda estrangeira		358	15.215	15.573
Moeda nacional				
Eletrobras	13,84%	25.235	98.143	123.378
IBM	7,71%	610	73	683
BNDES	8,78%	157.460	477.365	634.825
Banco do Brasil	4,50%	1.930	1.654	3.584
Caixa	6,00%	2.792	16.602	19.394
Finep	4,00%	646	322	968
Sudene	7,00%	7.433	20.345	27.778
Nota promissória	7,05%	26.558	500.000	526.558
Votorantim	4,50%	470	227	697
Subtotal		223.134	1.114.731	1.337.865
(-) Custo de captação		(925)	(2.606)	(3.531)
Total moeda nacional		222.209	1.112.125	1.334.334
Total		222.567	1.127.340	1.349.907

		31/12/2017		
		Principal e encargos		
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro Nacional	4,56%	124	12.517	12.641
Total moeda estrangeira		124	12.517	12.641
Moeda nacional				
Eletrobras	3,70%	25.889	106.057	131.946
IBM	10,92%	623	576	1.199
BNDES	9,74%	140.114	597.241	737.355
Banco do Brasil	10,61%	284.022	3.097	287.119
BNB	8,50%	18.514	39.254	57.768
Caixa	6,00%	2.812	18.649	21.461
Finep	4,00%	1.126	1.402	2.528
Sudene	7,00%	6.966	23.747	30.713
Votorantim	4,50%	473	580	1.053
Nota promissória	10,52%	982	500.000	500.982
Subtotal		481.521	1.290.603	1.772.124
(-) Custo de captação		(992)	(2.732)	(3.724)
Total moeda nacional		480.529	1.287.871	1.768.400
Total		480.653	1.300.388	1.781.041

Em 30 de setembro de 2018 os valores em empréstimos e financiamentos possuem um custo médio de 8,45% a.a., equivalente a 127,7% do CDI (de 9,47% a.a., equivalente a 95,43% do CDI, em 31 de dezembro de 2017).

Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/09/2018		31/12/2017	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	222.567	16%	480.653	27%
2019	51.387	4%	211.663	12%
2020	189.103	14%	207.746	12%
2021	625.390	46%	629.098	35%
2022	117.458	9%	118.146	7%
Após 2022	146.608	11%	136.467	8%
Subtotal	1.129.946	84%	1.303.120	73%
Custo de captação (Não circulante)	(2.606)	0%	(2.732)	0%
Não circulante	1.127.340	84%	1.300.388	73%
Total	1.349.907	100%	1.781.041	100%

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda Nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	480.529	1.287.871	124	12.517	1.781.041
Encargos	72.745	-	539	-	73.284
Varição monetária e cambial	7.677	11.374	-	2.698	21.749
Transferências	186.113	(186.113)	-	-	-
Amortizações de principal	(476.107)	-	-	-	(476.107)
Pagamentos de juros	(49.948)	-	(305)	-	(50.253)
Custo de captação	1.200	(1.007)	-	-	193
Saldos em 30 de setembro de 2018	222.209	1.112.125	358	15.215	1.349.907

Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias financeiras (real e fidejussória) e *covenants*, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

13 Debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	203.197	1.005.529	1.208.726
Encargos	56.057	-	56.057
Transferência	59.534	(59.534)	-
Amortização do principal	(119.025)	-	(119.025)
Pagamento de juros	(53.592)	-	(53.592)
Variação monetária	28.366	(12.897)	15.469
Custo de captação	(179)	940	761
Saldos em 30 de setembro de 2018	174.358	934.038	1.108.396

Quarta emissão de debêntures

Em 22 de setembro de 2012, encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 280.000, dividido em duas séries de R\$ 101.380 e R\$ 178.620, destinaram-se aos pagamentos das dívidas, recomposição de caixa e capital de giro da Companhia. Debêntures contratada com taxa na 1ª série de CDI + 1,08% a.a. e 2ª série com IPCA + 5,90% a.a. com amortizações semestrais da 1ª série e anuais da 2ª série (primeira amortização ocorrida em 22 de junho de 2016) com seus respectivos vencimentos em 21 de junho de 2018 e 22 de junho de 2020. Em 30 de setembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 175.769 (R\$ 292.966 em 31 de dezembro de 2017) e a taxa efetiva dessa operação é de 9,44% a.a. (11,15% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

Sexta emissão de debêntures

Em 27 de outubro de 2014, encerrou-se a distribuição pública da 6ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 200.000 em uma única série, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Debêntures contratada com taxa 113,2% CDI, primeira amortização ocorreu em 13 de outubro de 2017 com vencimento em 14 de outubro de 2019. Em 30 de setembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 137.713 (R\$ 135.527 em 31 de dezembro de 2017) e a taxa efetiva dessa operação é de 7,53 % a.a. (11,24% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

Sétima emissão de debêntures

Em 01 de novembro de 2016 encerrou-se a distribuição pública da 7ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 270.000, dividido em duas séries de R\$ 155.000 e R\$ 115.000, destinaram-se, exclusivamente para implementação do programa de investimentos da Companhia. Debêntures contratada com taxa na 1ª série de IPCA + 5,48% a.a. e 2ª série com IPCA + 5,54% a.a. com amortização *bullet* e seus respectivos vencimentos em 15 de outubro de 2021 e 15 de outubro de 2023. Em 30 de setembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 302.457 (R\$ 281.805 em 31 de dezembro de 2017) e a taxa efetiva dessa operação é de 18,89% a.a. (12,04% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

Oitava emissão de debêntures

Em 13 de outubro de 2017 encerrou-se a distribuição pública da 8ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 500.000, em uma série, destinaram-se a gestão ordinária da Companhia, com o objetivo de cobrir a necessidade de Capital de Giro. Debêntures contratada com taxa 107% CDI com amortização *bullet*, com vencimento em 15 de setembro de 2022. Em 30 de setembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 501.185 (R\$ 507.917 em 31 de dezembro de 2017) e a taxa efetiva dessa operação é de 7,12% a.a. (10,62% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	30/09/2018		31/12/2017	
	Valor	%	Valor	%
Vencimento				
Circulante	174.358	16%	203.197	17%
2019	87.285	8%	151.602	13%
2020	82.720	7%	82.720	7%
2021	155.373	14%	160.031	13%
Após 2021	615.277	56%	618.733	51%
Não circulante	940.655	85%	1.013.086	84%
Custo de captação - Não circulante	(6.617)	-1%	(7.557)	0%
Total não circulante	934.038	84%	1.005.529	83%
Total	1.108.396	100%	1.208.726	100%

Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* e garantias financeiras (quirografárias), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos, conforme demonstrado a seguir:

Covenants debêntures	4ª debêntures	6ª debêntures (a)	7ª debêntures	8ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA : <=3,25	0,89	0,89	0,89	0,89
2º EBITDA /Despesa financeira líquida: >=1,5	20,4	N/A	20,4	20,4

(a) Na 6ª emissão debêntures não há exigência contratual para o cálculo do 2º índice.

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

14.1 Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Composição dos tributos diferidos

	30/09/2018	31/12/2017
IRPJ prejuízos fiscais	130.498	130.498
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(403.680)	(362.751)
Total	<u>(273.182)</u>	<u>(232.253)</u>

(ii) Composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias

	30/09/2018	31/12/2017
Provisão para contingências	33.146	31.235
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	43.420	37.894
Tributos com exigibilidade suspensa	-	9.606
Depreciação acelerada	(433.204)	(397.170)
Custo de captação e atualização do ativo financeiro	(51.870)	(42.261)
SWAP	-	2.934
Outras despesas não dedutíveis	4.828	(4.989)
Total	<u>(403.680)</u>	<u>(362.751)</u>

14.2 Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2021, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2019	2020	2021	Total
Impostos diferidos	63.722	62.887	3.839	130.498

A Companhia não realizou imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no período findo em 30 de setembro de 2018 (R\$ 2.046 em 31 de dezembro de 2017), pois tem optado pela realização dos benefícios fiscais da depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 07 de março de 2018.

14.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos de 30 de setembro de 2018 e de 2017, está demonstrada conforme a seguir:

	30/09/2018		30/09/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	432.786	432.786	409.944	409.944
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	108.197	38.951	102.486	36.895
Adições:				
Provisão para contingências	24.172	8.702	23.847	8.585
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	36.417	13.110	29.198	10.511
Variação de SWAP	-	-	15.015	5.406
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	5.539	1.994	7.820	2.815
Provisão para fundo de pensão	-	-	-	-
Provisão para recuperação de ativos	4.254	1.531	4.253	1.531
Custo de captação e atualização do ativo financeiro	8.754	3.151	2.653	955
Outras provisões	7.094	2.555	8.368	3.019
	<u>86.230</u>	<u>31.043</u>	<u>91.154</u>	<u>32.822</u>
Exclusões:				
Provisão para contingências	(22.807)	(8.156)	(22.835)	(8.220)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(31.398)	(12.604)	(26.507)	(9.543)
Variação de SWAP	-	-	(12.776)	(4.599)
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(8.354)	(3.004)	(9.725)	(3.501)
Provisão para recuperação de ativos	(4.254)	(191)	(531)	(191)
Custo de captação e atualização do ativo financeiro	(15.820)	(5.695)	(9.354)	(3.367)
Depreciação acelerada	(35.662)	-	(38.548)	-
Outras provisões	(7.014)	(2.598)	(7.314)	(2.634)
	<u>(125.309)</u>	<u>(32.248)</u>	<u>(127.590)</u>	<u>(32.055)</u>
IRPJ e CSLL	<u>69.118</u>	<u>37.746</u>	<u>66.050</u>	<u>37.662</u>
Incentivo PAT	(1.518)	-	(1.321)	-
Despesa IRPJ anos anteriores	-	-	-	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>67.600</u>	<u>37.746</u>	<u>64.729</u>	<u>37.662</u>
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	16%	9%	16%	9%
Ativo/Passivo fiscal diferido	39.513	1.417	37.820	(262)
(+) IRPJ subvenção governamental	(67.600)	-	(64.729)	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>39.513</u>	<u>39.163</u>	<u>37.820</u>	<u>37.400</u>
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	<u>9%</u>	<u>9%</u>	<u>9%</u>	<u>9%</u>

Em 30 de setembro de 2018, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$ 90.133 (R\$ 80.020 em 30 de setembro de 2017).

15 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/09/2018		31/12/2017	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	40.275	14.072	43.105	20.631
Fiscais	35.363	35.204	27.681	27.469
Trabalhistas	15.368	11.710	15.090	9.803
Regulatórios	5.645	-	5.386	-
Total	96.651	60.986	91.262	57.903
Circulante	24.738	2.319	25.884	3.291
Não circulante	71.913	58.667	65.378	54.612

Movimentação dos processos no período

	31/12/2017		30/09/2018			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	
Cíveis	43.105	35.142	(26.948)	(15.708)	4.684	40.275
Fiscais	27.681	7.679	-	-	3	35.363
Trabalhistas	15.090	610	-	(820)	488	15.368
Regulatórios	5.386	-	-	-	259	5.645
Total	91.262	43.431	(26.948)	(16.528)	5.434	96.651

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais.
 (2) Reversões realizadas no período.
 (3) Atualizações monetárias.

Cíveis

A Companhia figura como ré em 15.753 processos cíveis em 30 de setembro de 2018 (14.215 processos em 31 de dezembro de 2017), sendo que 9.342 tramitam em Juizados Especiais (9.250 processos em 31 de dezembro de 2017), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda em 30 de setembro de 2018 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 96.984 (R\$ 69.981 em 31 de dezembro de 2017) para as quais não foi constituída provisão.

Fiscais

A Companhia figura como ré em 132 processos fiscais em 30 de setembro de 2018 (128 processos em 31 de dezembro de 2017), no entanto, existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível no montante de R\$ 29.425 (R\$ 29.949 em 31 de dezembro de 2017) para as quais não foi constituída provisão.

Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Taxa de Iluminação Pública, Portarias DNAEE e Quebra de Contrato, na esfera civil, execução fiscal de COFINS na esfera fiscal e, reclamações trabalhistas na esfera trabalhista. Na esfera fiscal há processos discutindo incidência ou não do ICMS sobre a TUST e TUSD, classificados com perda remota.

Em 01 de abril de 2015 entrou em vigor o decreto n. 8.426/2015 que restabeleceu as alíquotas de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia entende que esse decreto não somente cometeu violação clara ao princípio da legalidade em matéria tributária, mas também ao princípio da não cumulatividade e ao disposto no art. 195, § 9º e 12, da Constituição Federal. Diante disso a Companhia optou por provisionar e depositar em juízo os valores apurados, no montante de R\$ 35.280 (R\$ 11.046 em 31 de dezembro de 2017).

Trabalhistas

O passivo trabalhista em 30 de setembro de 2018 é composto por 484 reclamações ajuizadas (491 reclamações em 31 de dezembro de 2017) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outros processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda em 30 de setembro de 2018 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 11.769 (R\$ 12.032 em 31 de dezembro de 2017) para as quais não foram constituídas provisões.

Regulatórios

O valor de R\$ 5.645 corresponde a prováveis penalidades a serem aplicadas contra a CEMAR, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na CCEE.

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O capital subscrito em 30 de setembro de 2018 é de R\$ 1.146.557 (R\$ 1.025.318 em 31 de dezembro de 2017) sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Total	%
Equatorial Energia	105.120.627	768.695	1.008.683	106.898.005	65,11%
Eletróbrás	54.017.048	459.387	609.069	55.085.504	33,55%
Outros	2.181.264	11.149	7.977	2.200.390	1,34%
Total	161.318.939	1.239.231	1.625.729	164.183.899	100%

Não houve mudanças na quantidade de ações no período corrente em relação ao exercício anterior. Não há ações mantidas pela Companhia em tesouraria.

De acordo com o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 1.500.000, mediante a emissão de novas ações ordinárias, cuja a quantidade não é prevista em estatuto. Dentro do limite do capital autorizado e das espécies e classes das ações existentes, independente de reforma estatutária, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em quaisquer emissões de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja alocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do art. 172 da lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) a.a. para as de classe “A” e 10% (dez por cento) a.a. para as de classe “B”, calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do período a que se referir o dividendo. Não há outros direitos, restrições na distribuição de dividendos ou em reembolso de capital.

Em 8 de março de 2018 foi proposto pelo Conselho de Administração o aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 121.239, mediante capitalização do saldo da reserva de incentivo fiscal da SUDENE no valor de R\$ 96.758, e 100% da reserva legal no valor de R\$ 24.481. Em 26 de abril de 2018, este aumento de capital foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

17 Receita operacional

Em 30 de setembro de 2018 e 2017, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é conforme demonstrada a seguir:

30/09/2018			
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	RS
Residencial	1.477.303	1.669.473	1.669.772
Industrial	7.784	187.237	119.232
Comercial	149.664	764.914	559.700
Rural	60.014	141.076	68.491
Poder público	24.180	294.535	202.546
Iluminação pública	1.155	322.143	139.245
Serviço público	6.793	232.215	117.977
Consumo próprio	303	6.936	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	91	271.813	36.568
Suprimento CCEE	-	-	205.651
Baixa renda	746.417	687.549	154.950
Subvenção CDE - Outros	-	-	69.883
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(13.035)
Receita de construção	-	-	266.763
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	225.971
Atualização do ativo financeiro	-	-	31.080
Outras	-	-	39.662
Total	2.473.704	4.577.891	3.894.456
30/09/2017			
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	RS
Residencial	1.321.978	1.561.402	1.377.969
Industrial	8.193	203.441	117.970
Comercial	155.959	811.680	515.007
Rural	59.513	131.087	57.771
Poder público	23.593	283.140	174.941
Iluminação pública	1.117	318.374	120.816
Serviço público	6.781	213.349	97.221
Consumo próprio	303	6.622	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede ¹	70	217.373	19.404
Suprimento CCEE	-	-	10.745
Baixa renda ¹	841.507	739.548	148.136
Subvenção CDE - Outros	-	-	50.413
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(9.415)
Receita de construção	-	-	316.811
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	258.092
Atualização do ativo financeiro	-	-	29.624
Outras	-	-	38.642
Total	2.419.014	4.486.016	3.324.147

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

¹ Para melhor forma de apresentação e comparação com o período atual, a Companhia reclassificou a quantidade do MWh da Receita pela disponibilidade - Uso da rede, antes apresentado nas classes Industrial, Comercial e Rural bem como realizou a abertura do nº de consumidores para a mesma rubrica não apresentado anteriormente em 2017. Adicionalmente, segregou os valores de Baixa Renda, antes apresentado na classe residencial.

18 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	30/09/2018	30/09/2017
Fornecimento de energia elétrica	3.314.732	2.908.921
Receita de distribuição	2.943.340	2.536.607
Remuneração financeira WACC	75.538	63.809
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	225.971	258.092
Subvenção CDE - Outros	69.883	50.413
Suprimento de energia elétrica (b)	205.651	10.745
Receita pela disponibilidade - uso da rede (c)	36.568	19.404
Receita de construção (d)	266.763	316.811
Atualização do ativo financeiro	31.080	29.624
Outras receitas	39.662	38.642
Receita operacional bruta	3.894.456	3.324.147
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(594.955)	(489.295)
PIS e COFINS	(312.735)	(249.750)
Encargos do consumidor	(27.812)	(23.882)
ISS	(1.432)	(735)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(173.996)	(152.129)
Penalidades DIC/FIC e outras	(7.287)	-
Deduções da receita operacional	(1.118.217)	(915.791)
Receita operacional líquida	2.776.239	2.408.356

- (a) Compreende os custos relacionados aos encargos setoriais, definidos em legislação específica, às atividades de transmissão e às de geração de energia elétrica, inclusive geração própria. A redução aproximada de R\$ 50 milhões em relação 2017 se deu em parte pela constituição da sobrecontratação de energia afetada pelo volume de energia comercializado no mercado de curto prazo - MCP, bem como a diferença entre o PMIX de compra e o PLD liquidação. No ano de 2017 a cobertura tarifária era R\$ 173,52, e PLD médio de R\$ 75,88. Porém, em 2018 a diferença do PMIX R\$ 190,51 e PLD médio R\$ 230,54 passa a constituir um Ativo Regulatório para compra de energia Leilão (CVA Energia) e um Passivo Regulatório Energia no mercado SPOT (Sobrecontratação). Em 2018 foi pago Energia de Reserva, no montante de aproximado de R\$ 27 milhões, o que não aconteceu em 2017.
- (b) A variação apresentada é em virtude das operações de venda de energia no MCP e do Preço de Liquidação das diferenças - PLD. No período findo em 30 de setembro de 2018, o PLD atingiu o patamar de 473,58. Adicionalmente, no ano de 2018 houve uma elevação da receita em virtude do efeito das recontabilizações do MCS D de energia nova.
- (c) A variação está relacionada com o aumento da migração do número de clientes do ambiente cativo para o ambiente livre, elevando consideravelmente a receita do período em relação ao mesmo período de 2017;
- (d) A variação do período é decorrente da queda no volume de investimentos da Companhia em comparação ao mesmo período anterior.

19 Custo do serviço e despesas operacionais

30/09/2018				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	24.722	17.706	42.450	84.878
Material	5.434	1.278	1.124	7.836
Serviços de terceiros	78.788	92.601	48.576	219.965
Energia elétrica comprada para revenda	1.314.889	-	-	1.314.889
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	177.661	-	-	177.661
Custo de construção	266.763	-	-	266.763
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	58.453	-	58.453
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	17.883	17.883
Amortização	100.835	-	26.428	127.263
Arrendamento e aluguéis	1.205	1.707	270	3.182
Outros	607	954	439	2.000
Total	1.970.904	172.699	137.170	2.280.773

30/09/2017				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	20.674	19.487	44.086	84.247
Material	5.078	2.193	1.071	8.342
Serviços de terceiros	71.586	80.298	47.455	199.339
Energia elétrica comprada para revenda	1.056.928	-	-	1.056.928
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	85.525	-	-	85.525
Custo de construção	316.811	-	-	316.811
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	39.244	-	39.244
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	19.163	19.163
Amortização	66.845	-	59.203	126.048
Arrendamento e aluguéis	691	1.603	80	2.374
Outros	732	647	635	2.014
Total	1.624.870	143.472	171.693	1.940.035

20 Energia elétrica comprada para revenda

	GWh(*)		R\$	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Energia de leilão (a)	3.816	3.346	931.833	646.904
Contratos Eletronuclear	153	153	37.953	34.672
Contratos cotas de garantias	1.522	1793	136.802	109.098
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	-	(1.184)	(13.912)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	-	309.081	359.548
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	105	107	31.164	29.794
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d)	-	-	177.661	85.525
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(130.760)	(109.176)
Total	5.596	5.399	1.492.550	1.142.453

- (a) A variação do período refere-se ao custo com os contratos de Energia, que tiveram um aumento de volume contratado de 3,66 % em relação a 2017, o preço médio pago em 2018 foi maior em 14% em relação a 2017, devido ao acionamento das térmicas, o que faz com que haja uma maior parcela variável de pagamento, acrescido dos contratos novos que iniciaram o suprimento em 2018, cujo o preço de aquisição de energia no leilão foi superior à média da carteira anterior, assim como a atualização das tarifas pelo IPCA dos contratos vigentes no mesmo mês do reajuste da distribuidora, resultaram no aumento do custo com a Compra de Energia oriunda dos leilões.
- (b) Em 2017, a cobertura tarifária (RTA de agosto de 2016), para pagamentos do ESS foi superior a cobertura atual (RTP de 2017) de pagamento do referido encargo. Aliado a esse fato, Em 2018 a Companhia efetuou o pagamento de Energia de Reserva, no montante de R\$ 18 Milhões, o que não aconteceu em 2017.
- (c) A variação ocorrida na Energia de Curto Prazo - CCEE é em virtude das operações de compra de energia no MCP e do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD ocorridas em 2017, sendo que para 2018 somente aconteceram operação de venda no mercado de curto prazo. Por estes motivos, a despesa na energia comprada para revenda em 2017 é maior que no mesmo período de 2018.
- (d) Contempla os custos com Encargos de Uso e Conexão do sistema de transmissão. Estes custos foram elevados em comparação com o mesmo período anterior, em decorrência das novas tarifas aprovadas por meio das Resoluções nº. 2.258 e 2.259 de 27 de junho de 2017, respectivamente relacionadas à Rede Básica e Conexão, sendo incorporadas à Revisão Tarifária Periódica de 2017.

21 Resultado financeiro líquido

	30/09/2018	30/09/2017
Receitas financeiras		
Rendas financeiras	72.832	99.881
Valores a receber/devolver parcela A	25.012	26.351
Acréscimo moratório de energia vendida	66.647	52.332
Variação monetária e cambial da dívida	-	18.984
Variação monetária e cambial da caução STN	3.539	-
PIS/COFINS sobre receita financeira	(7.675)	(8.564)
Juros ativos	14	-
Outras receitas financeiras	1.075	1.486
Total de receitas financeiras	161.444	190.470
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	(13.383)	(12.456)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	-	(18.766)
Variação monetária e cambial da dívida	(38.619)	(30.553)
Encargos da dívida	(129.341)	(126.696)
Atualização de eficiência e contingências	(6.629)	(10.243)
Despesa financeira de AVP	(242)	-
Juros, multas s/ operação de energia	(232)	(2.687)
Descontos concedidos	(4.924)	(1.096)
Outras despesas financeiras	(8.829)	(11.250)
Total de despesas financeiras	(202.199)	(213.747)
Resultado financeiro líquido	(40.755)	(23.277)

22 Instrumentos financeiros

22.1 Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre LAJIDA ajustado² (DL/LAJIDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

22.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo.

22.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão identificados conforme a seguir:

² O LAJIDA Ajustado é calculado por meio do LAJIDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direito.

		30/09/2018		31/12/2017	
Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	247.740	247.740	367.603	367.603
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	Valor justo por meio do resultado	1.104.656	1.104.656	1.374.915	1.374.915
Investimentos de curto prazo	Valor justo por meio do resultado	-	-	394	394
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	1.031.463	1.031.463	989.378	989.378
Ativo financeiro de concessão	Valor justo por meio do resultado	<u>1.442.630</u>	<u>1.442.630</u>	<u>1.294.726</u>	<u>1.294.726</u>
Total do ativo		<u>3.826.489</u>	<u>3.826.489</u>	<u>4.027.016</u>	<u>4.027.016</u>

		30/09/2018		31/12/2017	
Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Custo amortizado	375.712	375.712	392.101	392.101
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.349.907	1.356.619	1.781.041	1.784.764
Debêntures	Custo amortizado	<u>1.108.396</u>	<u>1.115.341</u>	<u>1.208.726</u>	<u>1.218.723</u>
Total do passivo		<u>2.834.015</u>	<u>2.847.672</u>	<u>3.381.868</u>	<u>3.395.588</u>

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado. O saldo de caixa e bancos tem nível 1 na hierarquia de valor justo, enquanto o saldo de aplicação financeira, considerada como caixa e equivalente, tem nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Investimentos de curto prazo e Fundo de investimento** - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2.
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

22.4 Gerenciamento dos riscos financeiros - Instrução CVM nº 475

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da CEMAR define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Os procedimentos de gerenciamento de risco do Grupo a que pertence são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco das Companhias do Grupo, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A.

Para o período de 30 de setembro de 2018 não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2017.

(i) **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência, é realizado anualmente workshop de cobrança para identificação dos principais grupos de inadimplentes e tomadas de decisões estratégicas para combatê-los. Periodicamente o comitê de cobrança acompanha a execução e eficiência de todas as decisões tomadas no workshop. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A Companhia possui bens ou outros ativos dados em garantia de suas operações para a

obtenção de crédito, dentre os quais alienação fiduciária e percentual de recebíveis sobre a receita operacional líquida.

Contas a receber

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento do mercado e do Estado no qual os clientes estão localizados. Tendo em vista a atividade da Companhia, não há uma concentração relevante da receita em um grupo específico da carteira de clientes.

A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de acordo com a classe consumidora, e após transcorrido esse prazo, o fornecimento de energia fica sujeito a corte, e o seu restabelecimento somente ocorre após regularização do débito.

A carteira de clientes da Companhia está representada da seguinte forma:

Classe consumidora	%	
	30/09/2018	31/12/2017
Residencial	60%	56%
Industrial	3%	4%
Comercial	12%	16%
Rural	3%	4%
Poder público	11%	11%
Iluminação pública	3%	3%
Serviço público	8%	6%
Total	100%	100%

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota 6.2, incluindo o movimento na provisão para perdas por redução ao valor recuperável durante o período.

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

30/09/2018

Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Baixa renda e viva luz	Total
Residencial	291.173	90.553	242.767	39.218	663.711
Industrial	20.475	5.894	9.219	-	35.588
Comercial	78.126	25.142	30.039	-	133.307
Rural	21.840	4.364	10.094	-	36.298
Poder público	65.400	10.982	45.227	-	121.609
Iluminação pública	19.628	320	17.302	-	37.250
Serviço público	43.067	6.455	37.529	-	87.051
Total	539.709	143.710	392.177	39.218	1.114.814

31/12/2017

Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Baixa renda e viva luz	Total
Residencial	282.114	80.781	238.336	46.612	647.843
Industrial	22.500	5.270	8.804	-	36.574
Comercial	79.693	22.376	28.687	-	130.756
Rural	20.646	3.421	9.580	-	33.647
Poder público	63.531	9.386	46.269	-	119.186
Iluminação pública	18.129	268	11.790	-	30.187
Serviço público	33.652	5.453	30.411	-	69.516
Total	520.265	126.955	373.877	46.612	1.067.709

Caixa e equivalente de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa de R\$ 1.352.396 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 1.742.518 em 31 de dezembro de 2017). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating*.

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating*.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas 12 (Empréstimos e financiamentos) e 13 (Debêntures).

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo era de 3,4 em 30 de setembro de 2018 (5,3 em 31 de dezembro de 2017).

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos bancários com garantia	823.422	38.496	157.227	331.816	295.883
Empréstimos bancários sem garantia	682	60	550	72	-
Títulos de dívida emitidos sem garantia (Debêntures)	525.803	(54)	26.289	499.568	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	1.349.907	38.502	184.066	831.456	295.883
Títulos de dívida emitidos sem garantia (Debêntures)	1.108.396	85.673	88.685	166.539	767.499
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	1.108.396	85.673	88.685	166.539	767.499
Fornecedores	375.712	366.213	9.499	-	-
Total	2.834.015	490.388	282.250	997.995	1.063.382

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas 12 e 13, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

(iii) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar contabilidade de *Swap* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(iv) Risco de taxa de cambio

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Parte do passivo financeiro da Companhia estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a exposição da Companhia ao câmbio é de 0,6% (0,4% em 2017) de sua dívida conforme demonstrado a seguir:

Indexador	CEMAR				
	R\$ MM	Custo médio (a.a.)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part. (%)
Libor	6	3,4%	abr/24	5,7	0,3%
Pré fixado	9	6,0%	abr/24	4,7	0,4%
Moeda estrangeira	15	4,9%	-	5,1	0,6%
IGP-M	115	14,4%	dez/23	2,9	4,7%
TJLP	356	9,5%	jun/22	2,2	14,5%
PRÉ-FIXADO	135	5,3%	ago/22	2,1	5,5%
SELIC	193	9,6%	mar/24	2,8	7,9%
CDI	1.166	7,14%	ago/21	2,8	47,4%
IPCA	478	9,2%	nov/21	2,8	19,5%
Moeda nacional	2.443	8,3%	-	2,7	99,4%
Total	2.458	13%	-	7,8	100%

A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui uma dívida em moeda estrangeira, com baixa representatividade no endividamento global da Companhia e é derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2017 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluimos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

		Risco do fluxo de caixa associado à variação cambial					
		Impacto no resultado					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos	USD	15.573	14.483	17.014	20.634	9.772	6.151
Impacto no resultado			(1.090)	1.441	5.061	(5.801)	(9.422)
Referência para passivos financeiros			Taxa em 30/09/2018	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$ (%12 meses)			4,00	4,65	5,58	2,79	1,86

Fonte: Santander

(v) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas 12 (Empréstimos e financiamentos) e 13 (Debêntures).

(vi) Risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de setembro de 2018 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluimos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

		Risco do fluxo de caixa associado à taxa de juros					
		Impacto no resultado					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	1.324.746	1.423.705	1.446.755	1.469.683	1.400.654	1.377.603
Impacto no resultado			98.959	122.009	144.937	75.908	52.857
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(1.166.139)	(1.253.240)	(1.273.502)	(1.293.764)	(1.232.978)	(1.212.716)
	SELIC	(193.059)	(207.854)	(211.289)	(214.725)	(204.418)	(200.983)
	TJLP	(355.665)	(379.139)	(384.644)	(390.149)	(373.634)	(368.128)
	IGP-M	(114.576)	(121.146)	(122.700)	(124.253)	(119.593)	(118.039)
	IPCA	(478.226)	(499.997)	(505.202)	(510.408)	(494.791)	(489.585)
Total passivos financeiros		(2.307.665)	(2.461.376)	(2.497.337)	(2.533.299)	(2.425.414)	(2.389.451)
Impacto no resultado			(153.697)	(189.711)	(225.606)	(117.712)	(81.754)
Efeito líquido no resultado			(54.739)	(67.702)	(80.669)	(41.804)	(28.897)
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa em 30/09/2018	+25%	+50%	-25%	-50%	
	CDI (% 12 meses)	6,65	9,34	11,20	5,60	3,73	
	SELIC (% 12 meses)	6,66	9,58	11,50	5,75	3,83	
	TJLP (% 12 meses)	6,73	8,25	9,90	4,95	3,30	
	IGP-M (% 12 meses)	10,04	7,17	8,60	4,30	2,87	
	IPCA (%12 meses)	3,34	5,69	6,83	3,41	2,28	

Fonte: Santander

(vii) Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. Com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (conta bandeiras) no sentido de sinalizar a situação hidrológica do país, contendo assim o consumo de energia de forma não racional.

(viii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

22.5 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida líquida / EBITDA
- Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)
- Dívida de curto prazo / dívida total

No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

23 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

	Vigência	2018	2019	2020	Após 2020*
Energia contratada (em R\$)	2018 a 2032	377.568	1.715.469	1.831.617	40.152.462
Energia contratada (em MhW)	2018 a 2032	1.992.761	7.760.674	7.995.168	121.606.313

(*) estimado 12 anos após 2020.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

24 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2018	309.833
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2018	7.000
Riscos diversos	29/12/2018	1.095
Seguro garantia judicial	(a)	116.815
Seguro garantia leilão de energia	(b)	213
Automóvel	31/12/2018	(c)

- (a) Apólices vigentes até 2023;
- (b) Apólices vigentes até 2019; e
- (c) 115 veículos próprios segurados.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das informações trimestrais e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Conselho de Administração

Marcos Antônio Lopes Freixo Filho

Eduardo Haiama

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Oscar Alfredo Salomão Filho

José Silva Sobral Neto

Lídce Almeida Silva

Augusto Miranda da Paz Júnior

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Franceschi

Saulo Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Francisco de Assis Duarte de Lima

Helena Lopes Basil

Diretoria Executiva

Augusto Dantas Borges
Diretor Presidente

Carla Ferreira Medrado
Diretor

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor de Relações com Investidores

Humberto Soares Filho
Diretor

José Jorge Leite Soares
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Sérgio Souto Maia Malbouisson de Melo
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA